



**CONTRATO Nº. ....20.....**

**PAD nº 16.179/2019**

### **ANEXO III**

#### **MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO E  
GARANTIA que entre si fazem o  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO  
PARANÁ e a empresa .....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666 de 21.06.93, regida pela Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos nº 10.024/2019 e nº 8.538/2015, e em conformidade com o Termo de Abertura de Licitação nº 57/2020, Pregão Eletrônico nº. ....2021 - **Registro de Preços**, e a proposta vencedora, protocolada neste Tribunal sob o nº 16.179/2019, regularmente autorizada pelo ordenador de despesas;

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no **CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no CNPJ nº. ...., com sede ....., neste ato representada pelo Sr....., portador do CPF nº. ...., doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acertado o que segue:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1 - Aquisição de testadores de cabo e conectividade**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme abaixo:

*(Adequar o item e quantidade conforme o pedido do item respectivo)*

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Quantidade
1	Testador de cabo e conectividade - tipo 1 Código SIASG: 107140		
2	Testador de cabo e conectividade - tipo 2 Código SIASG: 107140		

**1.2 - Faz parte dos itens a serem adquiridos o fornecimento de Garantia “on site” de 12 (doze) meses, iniciada a partir do recebimento definitivo pelo gestor da contratação.**

**1.3 -** A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições do instrumento convocatório, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DO FORNECIMENTO E REQUISITOS TÉCNICOS (CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS)**

**2.1-** A especificação do objeto, local, prazo de entrega e condições de recebimento obedecerão ao descrito no Termo de Referência- anexo I, parte integrante a este contrato, no que for pertinente ao item contratado.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DA GARANTIA E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**3.1 -** Todas as obrigações da CONTRATADA, as condições de sustentabilidade e da prestação da Garantia, são aquelas previstas **no Termo de Referência-anexo I, parte integrante a este contrato.**

**3.2-** A Contratada deverá manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na contratação, durante toda a vigência contratual.

## **CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA**

**4.1 -** O presente contrato vigorará pelo período de **16 (dezesesseis) meses**, de .../.../..... a .../.../....., podendo ser rescindido antecipadamente, nos termos da Lei nº 8666/93.

**4.2 -** O período de garantia será de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante

## **CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**5.1 -** Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho .....;  
Nota de Empenho: ....., emitida em ..../..../.....;  
Elemento de despesa: .....

Categoria Econômica: .....

**Código do Siasg:**

1- 107140

2 -107140

**CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE**

**6.1** - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de fornecimento e que o prazo de vigência do contrato refere-se ao período de abrangência dos prazos de entrega, recebimento e garantia.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO**

**7.1** - O valor total a ser pago à CONTRATADA, pelo cumprimento do objeto deste contrato, referente ao item nº ..... será de **R\$.....** (.....), ao valor unitário abaixo discriminado:  
(adequar cfe o pedido)

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Quantidade	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
1	Testador de cabo e conectividade - tipo 1 Código SIASG: 107140				
2	Testador de cabo e conectividade - tipo 2 Código SIASG: 107140				

**7.2 - Do documento fiscal:** O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, [coinf@tre-pr.jus.br](mailto:coinf@tre-pr.jus.br), em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

**7.2.1** - O CNPJ cadastrado no sistema Comprasnet/documentos de habilitação, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

**7.2.2** - Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado, poderá fazê-lo por meio da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da Contratada;
- CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitário e total;
- Número do contrato;
- Dados bancários para créditos: Banco, Agência e Conta-Corrente, a qual deverá ser obrigatoriamente da própria contratada.

**7.2.3** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

### **7.3 - Das condições do pagamento:**

**7.3.1** - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**7.3.1.1** - O prazo para atestado da Nota Fiscal é de até **05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da mesma pelo gestor da contratação, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências editalícias.

**7.3.1.2** - O prazo para pagamento da Nota Fiscal é de até **20 (vinte) dias corridos** após o atestado da mesma pelo fiscal designado para a contratação.

**7.3.1.3** - Se o valor da nota fiscal for de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

**7.3.1.4 -DA CORREÇÃO MONETÁRIA:** Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da fórmula **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I =  $i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%);

I =  $(6/100)/365$ .

**7.3.1.5** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.3.2** - O gestor da contratação procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo naquela hipótese prevista no item 7.2.2.

**7.3.3** - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**7.3.4** - O TRE-PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

### **7.4 - Da regularidade fiscal:**

**7.4.1** - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da Contratada

em vigor na data do pagamento.

**7.4.1.1** - A Contratada, inadimplente quanto à regularidade fiscal, estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**7.4.1.1.1** - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

**7.4.1.2** - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela Contratada, anexada ao documento fiscal.

**7.4.1.3** - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA**

**8.1** - Da substituição tributária:

**8.1.1** - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. 116/2003 e L. C. 123/06, conforme o objeto da contratação.

**8.2** - Dos tributos federais:

**8.2.1** - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

**8.2.2** - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

**8.2.3** - A nota fiscal, cuja empresa contratada seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

**8.3** - Da retenção previdenciária:

**8.3.1** - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

**8.4** - Da retenção do ISS:

**8.4.1** - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C.116/03.

**8.4.2** - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

**8.5** - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação

vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

**8.6** - A atualização monetária e a multa, provenientes do atraso no recolhimento das obrigações tributárias e/ou previdenciárias serão descontadas do valor da Nota Fiscal/Fatura correspondente, quando a CONTRATADA lhes der causa.

**8.6.1** - O não atendimento às especificações do documento fiscal, descritas na cláusula sétima, item 7.2, bem como a não comprovação da regularidade fiscal, prevista na cláusula sétima, item 7.4.1, darão causa ao previsto no item anterior.

## **CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**9.1** - A gestão da presente contratação será realizada por servidores formalmente designados para este fim.

**9.1.1** - Nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 67, parágrafos 1º e 2º, caberá aos Gestores:

a) Receber e atestar o documento fiscal referente à aquisição, encaminhando-o ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE/PR para pagamento;

b) Acompanhar o fornecimento de acordo com as condições do edital, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

c) Comunicar à CONTRATADA, via e-mail, carta ou ofício, defeitos, irregularidades ou problemas encontrados durante a execução do objeto, fixando prazos para solucioná-los e corrigi-los.

d) Se a inexecução persistir, o Gestor deverá criar um Processo Administrativo Digital (PAD) específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Gestão Administrativa, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, por meio de formulário específico, anexando-se cópia do comunicado referido no subitem anterior, referente à intenção de abertura de processo administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela licitante.

**9.2** - O contrato será acompanhado por servidor formalmente designado para tal fim e na sua ausência pelo seu substituto imediato, que exercerão a função de fiscais da contratação.

**9.2.1**- Caberá aos fiscais do contrato:

a) Acompanhar a execução do contrato encaminhando por escrito, ao gestor, todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, inclusive pequenas falhas ou insatisfações.

b) Fiscalizar apenas e tão somente a realização dos serviços e prazos, acionando o gestor de contratos quando ocorrerem atrasos ou outros problemas relacionados à execução dos serviços.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o

contraditório e a ampla defesa, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8666/93 e artigo 7º da lei nº 10520/2002:

**10.2** - Poderão ser aplicadas ainda as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multas:

b.1) Multa de 1,0% (um por cento) ao dia sobre o valor contratado, pelo atraso no cumprimento ao prazos de entrega estipulado no presente instrumento e seus anexos, com limite de 10 (dez) dias. Após esse prazo, será considerado inadimplemento parcial, com multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato;

b.2) Multa de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação pelo inadimplemento das demais obrigações pactuadas neste Contrato, e que venham a causar prejuízos o CONTRATANTE, independente do ressarcimento dos danos à Administração.

b.3) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela não prestação da garantia dos equipamentos e/ou serviços fornecidos dentro dos prazos previstos em contrato e/ou no Código de Defesa do Consumidor; ou pela ocorrência de quaisquer danos aos equipamentos, ocasionados por negligência ou imperícia dos profissionais, sem a reposição ou conserto imediato do bem pertinente;

b.4) Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pela não atendimento a qualquer chamado feito pelo CONTRATANTE para manutenção e correção de problemas ou pela inadimplência reiterada das obrigações pactuadas.

b.5) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, pelo inadimplemento parcial do contrato;

b.6) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual, pelo inadimplemento total do contrato;

c) Impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**10.3** - As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar, previstas nos itens 11.1, 11.2 poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, com a pena de multa.

**10.4** - No caso de aplicação de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa à CONTRATADA, esta deverá recolher à União o valor imputado por meio de GRU.

**10.5** - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo

estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>1</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**11.1** - Ficarà o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados no art. 78 a 80 da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS**

**12.1** - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

**12.2** - Será também causa de rescisão se a Contratada alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/05, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO**

**13.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**13.2** - E, por estarem assim justas e contratadas assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, .....de ..... de 20.....

.....  
Representante Legal  
p/Contratada

**Dr. Valcir Mombach**  
Diretoria-Geral - TRE/PR  
p/Contratante

---

<sup>1</sup> Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.